

HABEAS CORPUS Nº 493.094 - SP (2019/0040471-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MICHAEL PAIXAO DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : THIAGO PINAS WENCESLAU - SP361935
MICHAEL PAIXAO DOS SANTOS - SP0385475
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO BATISTA FARIAS JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOAO BATISTA FARIAS JUNIOR, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2002474-46.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, os impetrantes sustentam a ocorrência de constrangimento ilegal, sob argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para manutenção da custódia cautelar do paciente, porquanto não se mostrariam presentes os requisitos autorizadores da constrição processual, elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, e necessários para obstar que o paciente recorra em liberdade, restando violado o art. 387, § 1º do CPP.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional, a fim de que possa o paciente recorrer solto da condenação, expedindo-se o alvará de soltura em seu favor ou, subsidiariamente, aplicadas as medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a JOAO BATISTA FARIAS JUNIOR, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 53-58):

[...]

Nesse contexto, o deferimento do pleito constituiria verdadeiro contrassenso, pois, tendo o suplicante

respondido ao processo preso quando existiam somente indícios de autoria, não pode agora, condenado em juízo de cognição, por crime equiparado a hediondo, ter permissão para apelar livremente.

[...]

A respeitável decisão aqui impugnada encontra-se suficientemente fundamentada, dela se podendo extrair as razões de convencimento que levaram à conclusão adotada, em face da aparente presença dos requisitos e pressupostos da prisão preventiva, com evidenciação da prova da existência de crime e indícios suficientes de autoria, ressaltada a gravidade do crime objeto desta impetração (vide fls. 60/65)

[...]

Por conseguinte, demonstrada a preexistência do perigo de dano, justificada está, de forma objetiva e concreta, a necessidade da segregação, tornando inarredável a manutenção da vedação do recurso em liberdade, seja para assegurar a aplicação da lei penal, seja para se evitar intolerável reiteração criminosa.

Logo, assentada a imperatividade da custódia cautelar, que basta para sua manutenção, prescindível se mostra qualquer digressão a respeito do descabimento de medidas restritivas diversas, que nitidamente se mostram inadequadas e insuficientes na presente fase processual.

[...]

Por conseguinte, inexistindo manifesta nulidade, flagrante ilegalidade ou, ainda, qualquer defeito teratológico, inarredável reconhecer a inexistência do acenado constrangimento ilegal.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos,

devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal lá deflagrada contra o paciente, encaminhando a esta Corte Superior cópia de eventual acórdão proferido, noticiando ainda acerca da situação prisional do acusado.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator